

LETRAMENTO E MÍDIA NA ESCOLA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO CRÍTICO DE GÊNEROS DISCURSIVOS MOBILIZADOS EM PRÁTICAS JORNALÍSTICAS COMUNITÁRIAS/ ALTERNATIVAS E SUA RELAÇÃO COM O JORNAL ESCOLAR*

LITERACY AND MEDIA IN SCHOOL: A DISCUSSION ON CRITICAL GENRES EDUCATION MOBILIZED IN COMMUNITY/ALTERNATIVE JOURNALISTIC PRACTICES AND THEIR RELATIONSHIP WITH THE SCHOOL NEWSPAPER

Gabriela Rempel 1

Graduada em Comunicação Social, Habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade Federal de Santa Maria (2010). Especialista em Linguagem e Representação, com ênfase em Linguística, pelo Centro Universitário Franciscano (2012). Mestre em Letras na área de concentração Estudos Linguísticos e na linha de pesquisa Linguagem no contexto social, pelo Programa de Pós-Graduação em Letra da Universidade Federal de Santa Maria (2015). Atualmente, cursa Doutorado em Linguística Aplicada na Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Análise Crítica de Gênero e Análise Crítica do Discurso.

Resumo: Este estudo almeja realizar uma discussão sobre como as práticas com o jornalismo comunitário e alternativo podem favorecer o trabalho com o jornal escolar. Defende-se, nesta pesquisa, que a mídia alternativa pode contribuir para o desenvolvimento de jornais escolares, principalmente em uma perspectiva crítica que considere projetos alternativos ao jornalismo convencional dominante (BONINI, 2017). Para tanto, debate-se o conceito mídia e jornalismo comunitário/alternativo a partir de autores do Jornalismo e também recorre-se à noção de letramento desenvolvida por Paulo Freire (1967; 1987), que vê o letramento como o momento de emancipação do sujeito. Por fim, é discutida a Análise Crítica de Gênero, como uma abordagem que pode de organizar/sustentar o trabalho com o jornal escolar.

Palavras-chave: Jornais comunitários/alternativos; Jornal escolar; Alfabetização/letramento; Paulo Freire; Análise Crítica de Gênero.

Abstract: This paper aims to hold a discussion on how practices such as community and alternative journalism can help practices with the school newspaper. We take into account that the alternative media can contribute to the development of school newspapers, mainly in a critical perspective that considers alternative projects to mainstream journalism (BONINI, 2017). Therefore, the concepts of media and community/alternative journalism are debated, using authors of the Journalism scientific area. The notion of literacy developed by Paulo Freire (1967; 1987), that understands literacy as the moment of emancipation of the participant, is also used in the discussion. Lastly, the Critical Genre Analysis is discussed, as an approach that can organize/give support to the school newspaper practices.

Keywords: Community/alternative newspapers; school newspaper; literacy; Paulo Freire; Critical Genre Analysis.

* Este artigo é parte de um estudo de doutorado que se encontra em andamento. Parte-se do pressuposto que o ensino de gêneros do discurso a partir dos jornais comunitários e alternativos em sala de aula e sua contraposição com mídias mais convencionais e dominantes pode favorecer práticas de produção textual mais autorais por parte dos alunos. Especificamente para este artigo, propõe-se discutir concepções de mídias/jornais comunitários/alternativos, a fim de compreender suas características e as formas como estes podem favorecer o trabalho com o jornal escolar.

Introdução

O trabalho com o jornal escolar tem se mostrado relevante para o desenvolvimento de letramentos críticos¹ sobre a mídia, conforme apontam as pesquisas de Baltar (2003; 2009; 2010) e de Bonini (2011a; 2017), para exemplo. Bonini (2017) também sugere que uma discussão crítica sobre o contraste dos tipos de jornais, dominantes e não dominantes, pode favorecer o desenvolvimento de um jornal escolar mais autoral por parte dos alunos. Segundo Bonini (2011a; 2017), algumas pesquisas com o tema têm relatado que o jornal pode acabar se tornando uma reprodução da estrutura, da organização e do discurso das mídias convencionais/dominantes, portanto uma tentativa de aproximação com jornais comunitários/alternativos² visa romper essa lógica em prol do favorecimento de uma prática que crie uma mídia própria dos alunos, de suas identidades e protagonismo.

A proposta do autor, parte do princípio de que os gêneros discursivos que circulam em jornais não dominantes ou alternativos, como os comunitários, são semelhantes aqueles que estão presentes nos convencionais, entretanto, as práticas sociais que constituem esses gêneros são bastante diferentes. Enquanto as de um jornal convencional mantêm determinada estrutura social, os alternativos buscam questionar essas práticas, desafiando as estruturas sociais de dominação³. Embasando-se nessas reflexões, este artigo assume que o jornal escolar é uma proposta bastante proveitosa para o ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa (LP), pois ele tem a potencialidade de permitir um trabalho contextualizado de uso real da língua(gem), em oposição ao ensino puramente gramatical. Além disso, a partir do jornal escolar há possibilidade de desenvolvimento social dos sujeitos envolvidos (alunos/professores), por meio da construção conjunta de autoria.

A partir dessas motivações, este estudo organiza uma discussão, recorrendo a autores da esfera do Jornalismo, sobre as práticas das mídias e dos jornais comunitários/alternativos, buscando relacionar como as características desse tipo de mídia podem favorecer as práticas como o jornal escolar. Para refletir sobre a questão, o estudo ancora-se na noção de letramento concebida por Paulo Freire (que percebe o letramento como momento de emancipação dos sujeitos) e também adota a perspectiva teórica da Análise Crítica de Gênero (ACG). A ACG tem como um de seus princípios promover a investigação crítica de gêneros do discurso a fim de elucidar de que maneira os gêneros, como os midiáticos, são mobilizados para legitimar discursos particulares e representações ideológicas, segundo interesses de instituições e grupos (RECHETNICOU; LIMA; BONINI, 2016). Um dos objetivos da ACG é promover o debate de problemas sociais por meio de uma conscientização crítica/libertária (BONINI, 2010).

A temática deste estudo se justifica na medida em que são vários os autores e as perspectivas teóricas que postulam que a mídia, em seus diversos formatos e gêneros discursivos, ocupa um espaço de peso em nossa sociedade. Soares (2006, p. 62) sugere, por exemplo, que “o jornalismo assumiu um lugar definitivo como formulador da narrativa universal do “atual” em nossa civilização”. A autora também aponta que, pelo jornalismo, “podemos não apenas saber o que de presumidamente importante acontece, mas também porque e como assume este patamar o fato histórico que acontece no nosso dia-a-dia” (SOARES, 2006, p. 62). Portanto, discutir a mídia, seus efeitos, discursos e práticas sociais é fundamental e necessário, principalmente, na esfera escolar. Nesse sentido, a próxima seção discute acerca dos estudos sobre o campo da mídia e dos jornais

1 No presente artigo adota-se a noção de letramento concebida por Paulo Freire (1987). Sobre essa concepção, vale ponderar que Freire (1987) não faz uma diferenciação dos termos “alfabetização” e “letramento”, conforme é realizada por outros autores como Soares (2009). Na sua obra, em geral, Freire (1987) usa o termo alfabetização para se referir ao conceito de letramento em um sentido mais amplo. Pode-se dizer que para Freire (1987), a noção de alfabetização ou letramento é crítica, ou seja ideológico e não autônomo, conforme a proposta de Street (1984). Por conta disso, neste estudo usa-se o termo letramento também para se referir ao que Freire denomina alfabetização.

2 Neste artigo adota-se a terminologia comunitário/alternativo para designar tanto o jornal da comunidade e do bairro quanto jornais alternativos de outras instâncias (p. ex. igreja, sindicato, grupo político, etc.).

3 Como exemplo disso pode-se refletir sobre a forma como as notícias referentes aos ataques à Caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sul do país foram divulgadas pela mídia. Em diferentes veículos, o mesmo gênero discursivo, como a notícia, por exemplo, foi mobilizado para relatar ocorrido. Entretanto, pode-se perceber que a mídia dominante ou convencional busca transparecer uma objetividade velada, trazendo apenas uma versão do que aconteceu, não explorando outras vozes. Em contrapartida, as mídias alternativas, favorecem um debate mais crítico, plural e com um posicionamento mais marcado sobre o fato. Nos dois casos há algo semelhante que define as duas publicações como uma notícia, mas as práticas sociais envolvidas são bastante contrastantes.

comunitários/alternativos.

Jornais comunitários/alternativos e seu contraste com a mídia convencional e dominante

O jornal comunitário está inserido em um tipo de comunicação ou mídia denominada popular. Muitas vezes são usados como sinônimos os termos alternativo, participativo, participatório, horizontal, comunitário, dialógico e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos (PERUZZO, 2009). Por conta disso, adota-se a terminologia comunitário/alternativo para designar tanto o jornal da comunidade e do bairro quanto jornais alternativos de outras instâncias (p. ex. igreja, sindicato, grupo político, etc.).

Dentro da comunicação popular estão não apenas os jornais, mas também outras mídias, como as rádios comunitárias. Segundo Peruzzo (1998), a comunicação popular é um campo de pesquisa recente, sendo que o interesse de estudo na área surgiu a partir do desenvolvimento da prática profissional. A autora também relata que o campo e a prática têm sua origem nos movimentos populares e que a questão participativa, voltada para mudança social, é uma de suas características. Por possuir esse caráter educativo e de transformação social, esse tipo de comunicação pode ser visto como um movimento de contra-comunicação ou de uma outra comunicação, “elaborada no âmbito dos movimentos sociais, ‘comunidades’ e outros grupos sociais orgânicos às classes subalternas com a finalidade de exercitar a liberdade de expressão e oferecer conteúdos na ótica das mesmas” (PERUZZO, 2011, p. 86, 2011). Trata-se de um tipo de comunicação preocupada em oferecer espaços mais igualitários, dentro de um jogo de estruturas desiguais, no âmbito comunicacional, por meio de transformação social.

Nas palavras de Peruzzo (2009, p. 49-50),

[...] a comunicação popular, alternativa e comunitária se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

Aprofundando mais a discussão no campo do jornalismo, Soares (2006) contrapõe dois tipos de jornalismo. Para autora, de um lado, existe uma superestrutura produzida pelo jornalismo comercial e dominante, promotor e gerenciador de uma estrutura do pensamento público vigente, que dita informações de acordo com interesses específicos (SOARES, 2006). Entretanto, partindo dessa mesma superestrutura, abre-se espaço para experimentação em direção a um “jornalismo relacional, interativo com a realidade atual e em benefício da agregação de valor humano à ordem social, o jornalismo comunitário” (SOARES, 2006, p. 63). A autora defende que o segundo tipo de jornalismo deve ter a capacidade de produzir novos e inclusivos olhares sobre as coletividades e sobre o outro, para tanto, a narrativa inclusiva deve ser estruturada a partir da presença de uma apuração ampliada dos atores envolvidos (SOARES, 2006). Nesse sentido, comunitário pode ser uma forma de igualar os espaços sociais, de forma inclusiva, garantido participação de todos.

Soares (2015a, p. 185) defende que o jornalismo comunitário tem se tornado um espaço de resgate e redenção do jornalismo. Para a autora, o jornalismo comunitário representa a possibilidade de reversão de um modelo histórico para um modelo integrado e preocupado com o bem-estar social geral (SOARES, 2015a). Em outro texto, Soares (2015b) defende que, potencialmente, a comunicação de grupos minoritários pode promover projetos sociais inclusivos, que priorizem a existência harmônica entre os cidadãos, fazendo frente às mídias dominantes, consideradas por ela hegemônicas.

Barbosa (2012) também sugere a existência de dois tipos de imprensa: a das classes subalternas e a da indústria jornalística dominante, sendo que, para o autor, as duas estão em

campos opostos da luta hegemônica. Conforme relata Barbosa (2012), a indústria jornalística dominante, mesmo que de forma aparentemente velada, reforça a ideologia capitalista, enquanto que, historicamente, coube à imprensa alternativa, a tarefa de resistir. Ao apontar as diferenças entre os dois tipos de jornalismo, o autor, lembra que, em muitos casos, os dois cobrem o mesmo fato e a diferença está na abordagem e na construção da notícia (BARBOSA, 2012). Enquanto o jornalismo dominante privilegia uma versão do fato, a imprensa alternativa, como forma de mostrar ao público essa diferença, tira o fato de sua condição singular e apresenta os contraditórios e a contextualização (BARBOSA, 2012).

Para Haubrich (2015, p. 1), enquanto a mídia dominante é historicamente ligada aos donos do poder político e econômico do país, “a mídia alternativa vincula-se às classes populares, seja diretamente conduzida por elas, seja através de vinculação discursiva e política”. Entretanto, como sugere o autor, a forte concentração midiática, da mídia dominante, impede a emergência de mais espaços de mídia alternativa, assim como o fortalecimento dos já existentes. (HAUBRICH, 2015). Mesmo assim, e apesar da concorrência que sofrem das mídias dominantes, mídias alternativas como jornais e rádios surgiram e continuam a existir. Nesse sentido, o autor, assim como os demais autores citados nesta seção, associa mídia alternativa como uma mídia oriunda das lutas populares e das transformações sociais.

Haubrich (2015, p. 5), entende que:

[...] para ser de fato democrático e democratizante, um veículo participante do espectro da mídia alternativa deve, independentemente de sua organização e dinâmica interna, ter com o “exterior”, ou seja, com a sociedade geral e com os movimentos populares que nela atuam, uma relação de constante diálogo e de resposta às demandas que ali nascem e ganham relevância.

Haubrich (2015, p. 11-12) propõe uma síntese das características centrais das mídias alternativas, imputando tal definição às mídias que possuem: a) constituição organizacional democrática, participativa e assentada em bases populares; b) diferenciação em relação à mídia dominante (em relação a organização e em relação ao conteúdo); c) independência em relação ao Estado e ao poder econômico; d) veiculação de conteúdos de caráter crítico-emancipador, transformador; e e) um sentido de busca de transformações sociais.

Segundo as propostas dos autores apresentadas até este momento do artigo, o jornal comunitário/alternativo é visto como uma mídia mais justa, democrática, que tem como objetivo a mudança social. Entretanto, na prática, nem todos os jornais intitulados comunitários e alternativos atendem a tais requisitos. Nesse sentido, Peruzzo (2009, p. 47) chama a atenção para a seguinte questão:

Na prática, a comunicação comunitária por vezes incorpora conceitos e reproduz práticas tipicamente da comunicação popular em sua fase original e, portanto, confunde-se com ela, mas ao mesmo tempo constrói outros matizes. Por exemplo, às vezes se desconecta de movimentos sociais e assume feições diversificadas quanto às bandeiras defendidas e mensagens transmitidas. A grande mídia também incorporou a palavra “comunitário” para designar algumas de suas produções. Percebe-se, dessa forma, que o termo é de uso problemático, já que pode se referir a processos diferentes entre si. É prudente recorrer ao status original dessa modalidade comunicativa na América Latina, bem como aos conceitos de comunidade, para a caracterização mais adequada do processo.

A autora também destaca que é comum que os meios populares sejam produzidos por poucos dentro do cenário da comunidade, o que pode acarretar que haja uma reprodução do dirigismo e do controle, comum das mídias comerciais, por parte de lideranças e/ou instituições mediadoras da comunicação popular (PERUZZO, 1998). Além disso, segundo Peruzzo (2009),

ainda há a participação de setores populares na mídia convencional, como as programações locais e regionais, que, em tese, também podem favorecer o desenvolvimento social e a cultura local. Quando isso acontece, no entanto, alerta a autora, nem sempre há a emancipação cidadã, nem a modificação da lógica de manipulação característica da grande mídia comercial.

As considerações levantadas por Peruzzo (2009) elucidam que a noção de jornal comunitário/alternativo pode se tornar complexa. Em sua origem, a denominação “jornal comunitário/alternativo” visa representar um jornalismo responsável, tendo a mudança social como um de seus objetivos. Entretanto, na prática, o jornal dito comunitário/alternativo pode não possuir essas características, tornando-se uma repetição da lógica do jornalismo convencional e dominante.

Os apontamentos realizados pelos autores citados nesta seção, revelam a importância de compreender a variedade de nuances da prática jornalística no trabalho com jornal escolar, principalmente em uma perspectiva crítica, que queira oferecer uma alternativa à mídia dominante. Desse modo, colocar os estudantes em contato com a diversidade de jornais como os de bairro, de igreja, de partido, de sindicato e de mídias como rádios, *blogs* independentes, entre outros, pode ajudar a deslocar o papel do jornalismo comercial dominante como fio organizador das atividades do jornal escolar (BONINI, 2017). Além disso, o trabalho com diferentes tipos de jornais é proveitoso não apenas para o ensino de LP, por meio da experimentação dos diferentes modos de escrita em diferentes modos de mobilização de gêneros discursivos e de práticas sociais, mas principalmente porque tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento de projeto de letramento cujo princípio seja a emancipação cidadã de produtores e de leitores.

Nesse sentido, a próxima seção apresenta a relação entre a noção de letramento, presente na obra de Paulo Freire e as perspectivas discutidas anteriormente. A intenção da seção é fundamentar os pressupostos que objetivam mudanças sociais nas práticas discursivas, em especial as constituídas na escola, que desconstruam o trabalho do jornalismo e da mídia dominante no contexto social, primando pela formação do sujeito emancipado, de acordo com a concepção/leitura freireana do termo.

A concepção de letramento para Paulo Freire

Paulo Freire desenvolveu um método responsável pela alfabetização de centenas de adultos no nordeste do Brasil na década de 1960. Sobre essa concepção, para Freire (1987), a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Nesse sentido, McLaren (1988) aponta que Freire desenvolveu uma teoria da alfabetização que se baseia na convicção de que todo sujeito é capaz de engajar criticamente o mundo em um encontro dialógico com o outro, uma vez que todo ser humano já tem sua leitura de mundo. Aos educadores caberia o papel de conectar a leitura de mundo dos sujeitos à leitura da palavra. A concepção de Freire para as práticas de leitura, bem como para as práticas de escrita, desse modo, vão muito além do ato de codificação de decodificação, nas palavras do autor:

Me parece indispensável, ao procurar falar de tal importância, dizer algo do momento mesmo em que me preparava para aqui estar hoje; dizer algo do processo em que me inseri enquanto ia escrevendo este texto que agora leio, processo que envolvia uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1987, p. 9).

A definição proposta por Freire de que “a leitura de mundo precede a leitura da palavra” envolve pelo menos dois pontos. Um se refere à aceitação de que todos sujeitos têm seu próprio conhecimento de mundo e que este não pode ser ignorado. Outra questão, decorrente da reflexão do autor, pode estar implicada em que não existe ruptura entre leitura da palavra e do mundo.

Conforme a interpretação de Ferretti-Soares (2016, p. 340):

Ler um texto é ler seu autor, o contexto histórico, as condições de produção desse texto, ou seja, a leitura implica tanto o domínio do código linguístico (leitura da palavra) quanto a compreensão profunda do mundo, do lugar que nele ocupam o texto, o autor e, principalmente, o si enquanto sujeito-leitor. Assim, implica a leitura da palavravmundo. Também implica ler a leitura que outros sujeitos fazem do mundo, já que a instância que medeia as relações sociais – o que Bakhtin (1997) vai chamar de enunciado – é a instância em que a vida penetra na língua e a língua penetra na vida, de modo que a leitura não se esgota na palavra, na língua [...].

Pensar sobre a noção de letramento para Paulo Freire também requer refletir sobre a relação entre educação e política. Para Freire (1987), alfabetização, educação e política são noções inseparáveis, por isso, para o autor, alfabetizar ou letrar é sempre um ato político. Nessa concepção o letramento é libertação, é uma forma de desativar a voz dos dominantes e devolver a voz aos dominados. Giroux (1990) sugere que a alfabetização desenvolvida por Freire é parte de um projeto de *empowerment* (empoderamento), pois para Freire alfabetizar é muito mais amplo do que aprender a ler e escrever (no sentido de codificar e decodificar), alfabetização é parte do processo pelo qual alguém se torna autocrítico a respeito da natureza historicamente construída de sua própria experiência.

Destaca-se que na perspectiva freireana, ser alfabetizado não significa ser livre. Ser alfabetizado é estar presente e ativo na luta pela reivindicação da própria voz, da própria história e do próprio futuro (GIROUX, 1990). Desse modo, a alfabetização, funciona como uma precondição para a emancipação, o empoderamento e a libertação do sujeito, não sendo sinônimo imediato de mudança, mas um marcador de seu início.

Para Freire (1967), a condição de libertação do sujeito está ligada à transitividade crítica ou consciência crítica. Segundo o educador, a consciência crítica é o “único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época” (FREIRE, 1967, p. 44). Sobre a criticidade, o autor relata a existência de três estágios pelos quais o homem, em sua história, passou ou tem passado: intransitividade da consciência, transitividade ingênua e transitividade crítica.

A intransitividade da consciência (semelhante a um estado de inconsciência) é a fase caracterizada pelo compromisso entre o homem e sua existência, pois, nesse estágio, falta ao homem a compreensão de seu papel histórico, político e social. Nesse momento, o homem vive de maneira externa aos problemas que o cercam. Já a transitividade ingênua (consciência ingênua) caracteriza o momento de transição entre a intransitividade e a transitividade crítica, fase em que, o autor acredita, que viva hoje a maioria das pessoas. Nesses estágios, há uma simplicidade na interpretação dos problemas, seja:

[...] pela tendência a julgar que o tempo melhor foi o tempo passado. Pela subestimação do homem comum. Por uma forte inclinação ao gregarismo, característico da massificação. Pela impermeabilidade à investigação, a que corresponde um gosto acentuado pelas explicações fabulosas. Pela fragilidade na argumentação. Por forte teor de emocionalidade. Pela prática não propriamente do diálogo, mas da polêmica. Pelas explicações mágicas (FREIRE, 1967, p. 59).

Por fim, a transitividade crítica, ou consciência crítica, é marcada por uma educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, pela profundidade na interpretação dos problemas e pelo retorno da verdadeira democracia (FREIRE, 1967). A consciência “será tanto mais transitiva quanto mais envolver conhecimentos históricos dos eventos sociais, debate e negociação das ações sociais e discursivas” (BONINI, 2017, p. 168). A transitividade crítica seria, portanto, o momento em que o sujeito reconhece seu papel no mundo, tornando-se capaz de travar embates

e agir em prol de mudanças e transformações positivas.

Nesse sentido, o método de alfabetização construído por Paulo Freire é uma maneira de iniciar o processo de transitividade crítica. Para alcançar isso, como sugere Giroux (1990), é necessário usar a história como uma forma de libertar a memória, o que significa reconhecer o processo de dominação e reconstruí-lo para tentar superá-lo. Dentro dessas características, percebe-se o modelo de alfabetização e de educação freireano como um modelo crítico de educação, pois mais do que ver a educação como a solução para os problemas sociais, as ideias de Paulo Freire partem de uma situação de exclusão, de práticas sociais desiguais, e tentam propor medidas para que os participantes do processo educativo possam, de alguma forma, redefinir o cenário. Nas palavras de Giroux (1990, p. 11):

[...] definir alfabetização no sentido freireano, como uma leitura do mundo e da palavra, é lançar as bases teóricas para uma análise mais completa de como se produz o conhecimento e de como se constroem as subjetividades no interior de relações de interação, nas quais professores e alunos procuram fazer-se presentes como autores ativos de seus próprios mundos.

As reflexões de Freire têm inspirado diversos pensadores e educadores críticos no mundo. Pode-se inferir que suas formulações funcionam como uma filosofia que vai muito além do campo pedagógico, por exemplo, as estruturas de opressores e oprimidos e da educação para libertação podem ser mobilizadas para outros objetos de pesquisa, como o campo empresarial, gênero social, entre outros tipos de violência. No contexto deste artigo, o pensamento transformador proposto pelo autor pernambucano, no que se refere ao campo da mídia, inspira a reflexão sobre o papel ocupado pela imprensa na sociedade e o questionamento de como esta serve de instrumento de dominação. O fator da mudança social presente na obra de Paulo Freire implica em repensar práticas alternativas para a mídia, o caso dos jornais comunitários/alternativos e como estes podem ser usados na educação. Por esses motivos, acredita-se que as reflexões do autor são fundamentais para a discussão deste artigo.

As ideias de Freire também têm servido para embasar uma análise de gêneros de caráter crítico, conforme a proposta por Bonini (2010; 2011; 2011a; 2013; 2017), que tem realizado uma articulação deste autor com os pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD). Este aporte teórico, e sua relação com o jornal escolar, é o tema da próxima seção.

Análise Crítica de Gênero e o ensino de Língua Portuguesa por meio do jornal escolar

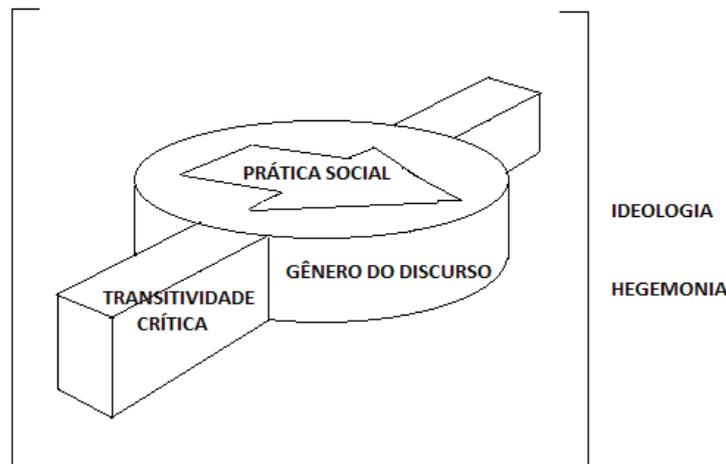
A ACG é o aporte teórico que sustenta o presente estudo. Segundo Bonini (2010, p. 487), a ACG pode ser considerada como uma abordagem oriunda da fusão de dois campos teóricos: Análise de Gênero e ACD. Pode ser vista como um aporte teórico recente, que vem se firmando nas discussões de autores como Meurer (2002), Bhatia (2004), Motta-Roth (2008; 2011), Bonini (2010; 2011; 2011a; 2013; 2017) e Motta-Roth e Heberle (2015). Cada um destes autores, embora filiados à mesma perspectiva teórica, oferecem olhares um pouco distintos sobre o que vem a ser uma análise de gêneros de caráter crítico. Neste artigo, segue-se as orientações da ACG na perspectiva de Bonini, que alia o conceito de gênero discursivo proposto pelos escritos do Círculo de Bakhtin, acrescido da perspectiva crítica da ACD, com vistas à prática libertadora, ou emancipatória, segundo as teorizações de Paulo Freire.

Posto isso, Bonini (2010; 2011; 2013) propõe categorias para compor enquadramentos de estudo do gênero discursivo. Para o autor, existem três componentes maiores: estrutura social, discurso e gênero. Com base no pensamento de Fairclough (1992; 2003), a estrutura social pode ser entendida como uma entidade abstrata (por exemplo, o campo religioso, econômico, uma classe social, etc.). A estrutura social compreende um conjunto de práticas sociais e gêneros que dão origem a um, ou vários, discursos (BONINI, 2010). O discurso pode ser caracterizado como representações de visões de mundo, identidades e relações sociais que reproduzem e constituem a estrutura social, a prática social e os gêneros (BONINI, 2010). Por último, os gêneros podem ser

definidos como um conjunto de ações típicas de textualização, produção e compreensão, que realizam pelo menos uma prática social (BONINI, 2010). As práticas sociais reconfiguram ou criam discursos, que agem na constituição de estruturas sociais (BONINI, 2011).

Em uma publicação mais recente, Bonini (2017) sugere outras reflexões sobre a relação entre os gêneros discursivos, as práticas sociais e a transitividade crítica. Essa relação é ilustrada na Figura 1.

Figura 1 – Planos de estudo na Análise Crítica de Gêneros.



Fonte: Bonini (2017, p, 169).

A Figura 1 esboça como gêneros do discurso e práticas sócias possuem uma relação de constituição mútua. A transitividade crítica, que ocorre no quadro social de ideologias e de lutas por hegemonia social, atravessa os gêneros e as práticas. Nas palavras de Bonini (2017, p. 168)⁴:

De acordo com esse enquadre teórico, o gênero como atividade interacional dxs sujeitxs sociais é visto sempre como parte constituinte de práticas sociais, que podem ser de dominação ou emancipação, e que tomam lugar na sociedade através de processos dialógicos. É o interior da cadeia discursiva que xs sujeitxs irão construir e implementar projetos de mundo e de existência. A transitividade da consciência, portanto, é parte constituinte desse processo, sendo que a consciência será tanto mais transitiva quanto mais envolver conhecimento históricos dos eventos sociais, discernimento, debate, e negociação das ações sociais e discursivas.

Nesta perspectiva, a ACG é enriquecida com as reflexões da ACD e do pensamento crítico de Paulo Freire, resultando em uma teoria de análise de gêneros que busca um caráter crítico/libertário. Nas palavras de Bonini (2013, p. 109), ao analista crítico de gênero compete:

[...] contribuir para: desmitificar a realidade (desmassificando, desconstruindo a consciência mágica e construindo a consciência transitiva crítica), favorecer processos de dialogação e deslocamentos das posições dos grupos dominantes rumo ao autogoverno (mediante a objetivação da realidade e a construção de soluções coletivas efetivas – “não românticas”).

Em outras palavras, a ACG parte da evidência de um problema social, busca analisá-lo e problematizá-lo. Cabe aos pesquisadores que mobilizam do pensamento da ACG promover a

⁴ Em Bonini (2017), o autor opta pela utilização do “x” para itens lexicais que se referam simultaneamente aos gêneros feminino e masculino.

discussão em torno de práticas sociais desiguais, a fim de levar à conscientização, a uma prática libertadora (FREIRE, 1967). Nesse sentido, as contribuições da ACG para o ensino de LP, por meio da prática com o jornal escolar, estão relacionadas ao seu caráter crítico e de problematização de assuntos socialmente relevantes, na mobilização de gêneros discursivos, e das práticas sociais implicadas nesses gêneros, que tenham como objetivo a emancipação dos participantes em oposição aos gêneros/práticas de reprodução ou dominação, bem como o desenvolvimento crítico dos alunos, a partir da criação de um senso de autoria.

Por esses motivos, acredita-se que a ACG é uma teoria capaz tanto de organizar como sustentar o trabalho com o jornal escolar.

Considerações finais

O presente artigo teve o objetivo de debater sobre práticas sociais da esfera jornalística, esmiuçando a questão das mídias e jornais comunitários/alternativos e seu contraste com a mídia comercial e dominante. Essa discussão foi ancorada na concepção de letramento desenvolvida por Paulo Freire (1987) e na ACG (BONINI, 2010; 2011; 2013; 2017). Conforme foi apresentado ao longo deste texto, o letramento, na perspectiva freireana, é uma pré-condição para um projeto de emancipação e empoderamento dos sujeitos. Os jornais comunitários/alternativos têm em sua origem, tanto teórica quanto prática, o objetivo de romper com a lógica da mídia convencional, buscando servir como um espaço de real exercício de democracia e de luta por mudanças sociais. Nesse sentido, o jornalismo comunitário/alternativo tende a contribuir com o projeto político de letramento e educação de Freire, tendo em vista que os dois compartilham dos mesmos princípios.

Este estudo considera que a discussão sobre os dois tipos de fazer jornalismo (convencional e alternativo) é fundamental para um entendimento mais amplo e mais crítico sobre essa mídia. No contexto da elaboração de um jornal escolar, a mobilização de atividades que oportunizem ao aluno compreender, por meio de experimentação, os diferentes aspectos dos dois tipos de jornal, se torna passo importante para que o aluno possa se tornar um consumidor e produtor mais ativo dessa mídia. Desse modo, a intenção de se trabalhar com o jornal escolar em proximidade com os jornais comunitários/alternativos consiste na busca para que os alunos alcancem uma participação social mais inclusiva no que se refere ao campo midiático.

Bonini (2017, p. 179), ao relatar os resultados de uma pesquisa já realizada com objetivos semelhantes a esta proposta de estudo, comenta que é difícil apontar o quanto o jornal escolar alternativo construído conseguiu de fato se opor ao jornal dominante, mesmo assim o autor aponta que em vários momentos da construção do jornal, os alunos puderam se “colocar na origem do discurso, concebendo um projeto autoral e interativo, passando por momentos de dialogação e transitividade da consciência” (p. 179).

Para concluir, considera-se que este artigo aborda uma discussão inicial sobre a temática, que tende a ser complementada com os resultados da produção do jornal escolar. Ainda assim, neste estudo está sendo defendido que, ao posicionar os jornais comunitários/alternativos como ponto de referência para elaboração do jornal, está se buscando práticas sociais que visem superar a mídia convencional, considerando que os alunos não são sujeitos passivos diante do mundo. Acredita-se que os estudantes têm muito o que dizer, mas precisam de um incentivo para aflorar posições mais ativas que já fazem partes deles como sujeitos sociais. O estudo dos gêneros discursivos, da mídia e do ensino de LP pela perspectiva do letramento, nesse sentido, precisa ser crítico e problematizador.

Referências

BALTAR, Marcos. **A competência discursiva escrita através dos gêneros textuais**: uma experiência com o jornal de sala de aula. 2003. 149f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BALTAR, Marcos. et al. **Rádio escolar**: letramentos e gêneros textuais. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

BALTAR, Marcos. Letramentos e gêneros textuais midiático-escolares. **Letras**, Santa Maria/RS, v.20, n. 40, 2010.

BARBOSA, Alexandre. O jornalismo e a construção da contra-hegemonia: análise da revista do MST a partir dos conceitos gramscianos de jornalismo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 1, p. 236-245, 2012.

BHATIA, Vijay. K. **Worlds of written discourse: a genre-based view**. London: Continuum, 2004.

BONINI, Adair. Critical genre analysis and professional practice: the case of public contests to select professors for brazilian public universities. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 10, n. 3, p. 485-510, 2010.

BONINI, Adair. Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 11, n. 3, p.679-704, 2011.

BONINI, Adair. Jornal escolar, gêneros e letramento midiático no ensino-aprendizagem de linguagem. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 11, p. 149-175, 2011a.

BONINI, Adair. Análise crítica de gêneros discursivos no contexto das práticas jornalísticas. In: SEIXAS, Lia.; PINHEIRO, Najara. F. (Orgs.). **Gêneros: um diálogo entre comunicação e linguística aplicada**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2013. p. 103-120.

BONINI, Adair. **O jornal escolar como mídia comunitária e o ensino de Língua Portuguesa**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Projeto de Produtividade em Pesquisa PQ/CNPq.

BONINI, Adair. O jornal escolar como mídia contra-hegemônica: jornalismo de escola não modelado pelo jornalismo comercial dominante. **Linguagem em (Dis)curso**. v. 17, n. 2, p. 165-182, 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FERRETI-SOARES, Vanessa. A. Análise crítica de gênero e o exercício de leitura da palavramundo: diálogos possíveis. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 16, p. 335-364, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1987.

GIROUX, Henry. Introdução. In: FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 01-27.

HAUBRICH, Alexandre. F. Reflexões e caracterizações sobre mídias alternativas. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVIII., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2015, p. 1-14.

MCLAREN, Peter. Culture or Canon? Critical pedagogy and the political of literacy. **Havard Educational Review**, v.58, n.2, p. 213-234, 1988.

MEURER, José. L. Uma dimensão crítica do estudo de gêneros textuais. In: MEURER, José. L.; MOTTA-ROTH, Désirée. (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 17-28.

MOTTA-ROTH, Désirée. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. **D.E.L.T.A.**, v. 24, n. 2, p. 341-383, 2008.

MOTTA-ROTH, Désirée. Questões de metodologia em análise de gêneros. In: KARWOSKI, Acir. M.; GAYDECKA, Beatriz; BRITO, Karim. S. (Orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4. e.d. Rio de Janeiro: Lucerna, 2011. p. 153-175.

MOTTA-ROTH, Désirée.; HEBERLE, Viviane. M. A short cartography of genre studies in Brazil. **Journal of English for Academic Purposes**, v. 19, p. 22-31, 2015.

PERUZZO, Cecília. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cecília. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Eco-Pós**, v. 12, p. 46-61, 2009.

PERUZZO, Cecília. M. K. Desafios da comunicação popular e comunitária na cibercultur@: aproximações à proposta de comunidade emergente de conhecimento local. **Ciberlegenda**, v. n.25, p. 82-99, 2011.

RECHETNICOU, Amanda.; LIMA, Sostenes.; BONINI, Adair. Blog jornalístico e a produção do discurso de resistência nas práticas de leitura e escrita. Revelli: **Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas**, v. 8, p. 145-165, 2016.

SOARES, Magda. **Letramento**. Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, (Letramento em verbete), 2009.

SOARES, Raquel. P. A. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). **Revista FAMECOS**, n. 30, p. 62-70. 2006.

SOARES, Raquel. P. A. Jornalismo hegemônico, crise de credibilidade, histerias da imprensa, jornalismo cidadão e novas práticas jornalísticas. Entrevista: Raquel Paiva de Araujo Soares. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, n. 2, v.2, p. 180 a 190. 2015a.

SOARES, Raquel. P. A. Política de minorias: comunidade e cidadania. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo**, v. 1, p. 175-180, 2015b.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

Recebido em 3 de abril de 2018.
Aceito em 2 de agosto de 2018.